



LEGISLAÇÃO NACIONAL REFERENTE À PANDEMIA GLOBAL CORONAVÍRUS (COVID-19)

LEIS, DECRETOS-LEI, PORTARIAS E RESOLUÇÕES

Decreto do Presidente da República n.º 20-A/2020, de 17 de Abril

Procede à segunda renovação da declaração de estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública - [DOC](#)

Decreto do Presidente da República n.º 17-A/2020, de 2 de Abril

Renova a declaração de estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública - [DOC](#)

Lei n.º 18/2020, de 23 de Abril

Estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19 - [DOC](#)

Lei n.º 10/2020, de 18 de Abril

Regime excecional e temporário quanto às formalidades da citação e da notificação postal, no âmbito da pandemia da doença COVID-19 - [DOC](#)

Lei n.º 9/2020, de 10 de Abril

Regime excecional de flexibilização da execução das penas e das medidas de graça, no âmbito da pandemia da doença COVID-19 - [DOC](#)

Lei n.º 8/2020, de 10 de Abril

Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 10-J/2020, de 26 de março, que estabelece medidas excecionais de proteção dos créditos das famílias, empresas, instituições particulares de solidariedade social e demais entidades da economia social, bem como um regime especial de garantias pessoais do Estado, no âmbito da pandemia da doença COVID-19 - [DOC](#)

Lei n.º 7/2020, de 10 de Abril

Estabelece regimes excecionais e temporários de resposta à epidemia SARS-CoV-2, e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 10-I/2020, de 26 de março, e à quarta alteração à Lei n.º 27/2007, de 30 de julho - [DOC](#)

Lei n.º 6/2020, de 10 de Abril

Regime excecional para promover a capacidade de resposta das autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID-19 - [DOC](#)

Lei n.º 5/2020, de 10 de Abril

Quarta alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, que estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID-19 - [DOC](#)

Lei n.º 4-C/2020, de 6 de Abril

Regime excecional para as situações de mora no pagamento da renda devida nos termos de contratos de arrendamento urbano habitacional e não habitacional, no âmbito da pandemia COVID-19 - [DOC](#)

Lei n.º 4-B/2020, de 6 de Abril

Estabelece um regime excecional de cumprimento das medidas previstas nos Programas de Ajustamento Municipal e de endividamento das autarquias locais, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, e procede à segunda alteração à Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março - [DOC](#)

Lei n.º 4-A/2020, de 6 de Abril

Procede à primeira alteração à Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, que aprova medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, e à



segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, que estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID 19 - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 20/2020, de 1 de Maio

Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19 - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 19-A/2020, de 30 de Abril

Estabelece um regime excecional e temporário de reequilíbrio financeiro de contratos de execução duradoura, no âmbito da pandemia da doença COVID-19 - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 17/2020, de 23 de Abril

Estabelece medidas excecionais e temporárias relativas ao setor do turismo, no âmbito da pandemia da doença COVID-19 - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 16/2020, de 15 de Abril

Estabelece normas excecionais e temporárias destinadas à prática de atos por meios de comunicação à distância, no âmbito da pandemia da doença COVID-19 - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 14-G/2020, de 13 de Abril

Estabelece as medidas excecionais e temporárias na área da educação, no âmbito da pandemia da doença COVID-19 - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 14-F/2020, de 13 de Abril

Estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19 - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 14-E/2020, de 13 de Abril

Estabelece um regime excecional e temporário para a conceção, o fabrico, a importação, a comercialização nacional e a utilização de dispositivos médicos para uso humano e de equipamentos de proteção individual - [DOC](#)

Decreto n.º 14-A/2020, de 7 de Abril

Altera o prazo de implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 12-A/2020, de 6 de Abril

Estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19 - [DOC](#)

Decreto n.º 2-D/2020, de 30 de Abril

Regulamenta o estado de emergência e o estado de calamidade para o período entre 1 e 3 de maio de 2020 - [DOC](#)

Decreto n.º 2-C/2020, de 17 de Abril

Regulamenta a prorrogação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República - [DOC](#)

Decreto n.º 2-B/2020, de 2 de Abril (Revogado)

Regulamenta a prorrogação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República - [DOC](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 33-C/2020, de 30 de Abril

Estabelece uma estratégia de levantamento de medidas de confinamento no âmbito do combate à pandemia da doença COVID 19 - [DOC](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 33-A/2020, de 30 de Abril

Declara a situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19 - [DOC](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2020, de 21 de Abril

Aprova o Plano de Ação para a Transição Digital - [DOC](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 22/2020, de 14 de Abril

Prorroga a reposição, a título excecional e temporário, do controlo de pessoas nas fronteiras, no âmbito da pandemia da doença COVID-19 - [DOC](#)



Resolução do Conselho de Ministros n.º 18-B/2020, de 2 de Abril

Resolução do Conselho de Ministros que prorroga os efeitos da declaração de situação de calamidade no município de Ovar, na sequência da pandemia COVID-19 - [DOC](#)

Resolução da Assembleia da República n.º 23-A/2020, de 17 de Abril

Autorização para a renovação do estado de emergência - [DOC](#)

Resolução da Assembleia da República n.º 22-A/2020, de 2 de Abril

Autorização da renovação do estado de emergência - [DOC](#)

Portaria n.º 107/2020, de 4 de Maio

Primeira alteração à Portaria n.º 86/2020, de 4 de abril, que estabelece um conjunto de medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica da doença COVID-19, no âmbito da operação 10.2.1.4, «Cadeias curtas e mercados locais», da ação n.º 10.2, «Implementação das estratégias», integrada na medida n.º 10, «LEADER», da área n.º 4, «Desenvolvimento local», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente - [DOC](#)

Portaria n.º 106/2020, de 2 de Maio

Estabelece para o transporte aéreo um limite máximo de passageiros, bem como as exceções a esse limite e respetivos requisitos, por forma a garantir a distância conveniente entre os passageiros e a garantir a sua segurança, quer nos voos regulares, quer nos voos excecionados à regra geral sobre lotação - [DOC](#)

Portaria n.º 105-C/2020, de 30 de Abril

Estabelece medidas complementares à Portaria n.º 81/2020, de 26 de março, relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID 19, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 (PDR 2020) - [DOC](#)

Portaria n.º 105/2020, de 30 de Abril

Procede à prorrogação, até 31 de dezembro de 2020, do prazo de vigência previsto no artigo 5.º da Portaria n.º 89/2020, de 7 de abril, que adota medidas excecionais, decorrentes da epidemia COVID-19, relativas às formalidades aplicáveis à produção, armazenagem e comercialização, com isenção do imposto, de álcool destinado aos fins previstos no n.º 3 do artigo 67.º do Código dos Impostos Especiais de Consumo (CIEC) - [DOC](#)

Portaria n.º 102-A/2020, de 24 de Abril

Estabelece um período excecional, entre 1 de maio e 30 de junho de 2020, durante o qual a comercialização de gasolina com especificações de inverno, ainda existente nas armazenagens em território nacional, pode ser comercializada para efeitos do seu escoamento - [DOC](#)

Portaria n.º 100/2020, de 22 de Abril

Procede à primeira alteração à Portaria n.º 341/2019, de 1 de outubro, e à quarta alteração à Portaria n.º 380/2017, de 19 de dezembro (regula a tramitação eletrónica dos processos nos tribunais administrativos de círculo, nos tribunais tributários, nos tribunais centrais administrativos e no Supremo Tribunal Administrativo) - [DOC](#)

Portaria n.º 96/2020, de 18 de Abril

Cria o «Sistema de Incentivos a Atividades de Investigação e Desenvolvimento e ao Investimento em Infraestruturas de Ensaio e Otimização (upscaling) no contexto da COVID-19» - [DOC](#)

Portaria n.º 95/2020, de 18 de Abril

Cria o Sistema de Incentivos à Inovação Produtiva no contexto da COVID-19 - [DOC](#)

Portaria n.º 94-B/2020, de 17 de Abril

Suspende a verificação do requisito de não existência de dívidas de entidades candidatas ou promotoras ao IEFP, I. P., para a aprovação de candidaturas e realização de pagamentos de apoios financeiros pelo IEFP, I. P., às respetivas entidades, no âmbito das medidas de emprego e formação profissional em vigor - [DOC](#)



Portaria n.º 94-A/2020, de 16 de Abril

Regulamenta os procedimentos de atribuição dos apoios excecionais de apoio à família, dos apoios extraordinários à redução da atividade económica de trabalhador independente e à manutenção de contrato de trabalho em situação de crise empresarial, do diferimento das contribuições dos trabalhadores independentes e do reconhecimento do direito à prorrogação de prestações do sistema de segurança social - [DOC](#)

Portaria n.º 91/2020, de 14 de Abril

Define, em execução do disposto no n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 4-C/2020, de 6 de abril, que estabelece um regime excecional para as situações de mora no pagamento das rendas atendendo à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e doença COVID-19, os termos em que é efetuada a demonstração da quebra de rendimentos para efeito de aplicação daquele regime excecional a situações de incapacidade de pagamento das rendas habitacionais devidas a partir de 1 de abril de 2020 e até ao mês subsequente ao termo da vigência do estado de emergência - [DOC](#)

Portaria n.º 88-C/2020, de 6 de Abril

Procede ao aumento, para o ano de 2020, da comparticipação financeira da segurança social, no âmbito da aplicação do regime jurídico da cooperação previsto na Portaria n.º 196-A/2015, de 1 de julho, na sua redação atual - [DOC](#)

Portaria n.º 86/2020, de 4 de Abril

Estabelece um conjunto de medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica da doença COVID 19, no âmbito da operação 10.2.1.4, «Cadeias curtas e mercados locais», da ação n.º 10.2, «Implementação das estratégias», integrada na medida n.º 10, «LEADER», da área n.º 4, «Desenvolvimento local», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente - [DOC](#)

Portaria n.º 85-A/2020, de 3 de Abril

Define e regulamenta os termos e as condições de atribuição dos apoios de caráter extraordinário, temporário e transitório, destinados ao setor social e solidário, em razão da situação epidemiológica do novo coronavírus - COVID 19, tendo em vista apoiar as instituições particulares de solidariedade social, cooperativas de solidariedade social, organizações não-governamentais das pessoas com deficiência e equiparadas no funcionamento das respostas sociais - [DOC](#)

Declaração de Retificação n.º 18-A/2020, de 30 de Abril

Retifica o Decreto n.º 2-C/2020, de 17 de abril, da Presidência do Conselho de Ministros, que regulamenta a prorrogação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República, publicado no Diário da República, 1.ª série, 1.º suplemento, n.º 76, de 17 de abril de 2020 - [DOC](#)

Declaração de Retificação n.º 18/2020, de 30 de Abril

Retifica a Lei n.º 7/2020, «Estabelece regimes excecionais e temporários de resposta à epidemia SARS-CoV-2, e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 10-I/2020, de 26 de março, e à quarta alteração à Lei n.º 27/2007, de 30 de julho» - [DOC](#)

Declaração de Retificação n.º 17/2020, de 23 de Abril

Declaração de Retificação à Lei n.º 10/2020, de 18 de abril, «Regime excecional e temporário quanto às formalidades da citação e da notificação postal, no âmbito da pandemia da doença COVID-19» - [DOC](#)

Declaração de Retificação n.º 16-A/2020, de 7 de Abril

Retifica a Resolução do Conselho de Ministros n.º 7-A/2020, de 7 de fevereiro, que aprova a estratégia e calendarização da distribuição da quinta geração de comunicações móveis, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 27, 1.º suplemento, de 7 de fevereiro de 2020 - [DOC](#)

Despacho n.º 5138-B/2020, de 30 de Abril

Mantém a interdição do desembarque e licenças para terra de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro nos portos nacionais - [DOC](#)

**Despacho n.º 5023-C/2020, de 27 de Abril**

Altera a alínea g) do n.º 4 do Despacho n.º 3547-A/2020, de 22 de março, sobre prestação de serviços de atendimento ao público - [DOC](#)

Despacho n.º 4836/2020, de 22 de Abril

Determina os termos do atendimento presencial junto das secretarias judiciais e dos respetivos serviços do Ministério Público, durante o estado de emergência - [DOC](#)

Despacho n.º 4777/2020, de 21 de Abril

Terceira alteração à norma de procedimentos relativos a pagamentos aos beneficiários do Sistema de Incentivos às Empresas no domínio da competitividade e internacionalização - [DOC](#)

Despacho n.º 4699/2020, de 18 de Abril

Determina que a percentagem de lucro na comercialização, por grosso e a retalho, de dispositivos médicos e de equipamentos de proteção individual identificados no anexo ao Decreto-Lei n.º 14-E/2020, de 13 de abril, bem como de álcool etílico e de gel desinfetante cutâneo de base alcoólica, é limitada ao máximo de 15% - [DOC](#)

Despacho n.º 4698-C/2020, de 17 de Abril

Prorrogação da interdição do tráfego aéreo com destino e a partir de Portugal de todos os voos de e para países que não integram a União Europeia, com determinadas exceções - [DOC](#)

Despacho n.º 4394-D/2020, de 9 de Abril

Mantém a interdição do desembarque e licenças para terra de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro nos portos nacionais - [DOC](#)

Despacho n.º 4328-A/2020, de 8 de Abril

Substitui o Despacho n.º 4270-A/2020, de 7 de abril, que estabelece para o transporte aéreo os casos em que não se aplica o previsto na alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º do Decreto n.º 2-B/2020 - [DOC](#)

Despacho n.º 4235/2020, de 6 de Abril

Procede à nomeação das autoridades que coordenam a execução da declaração do estado de emergência no território continental - [DOC](#)

Despacho n.º 4148-A/2020, de 5 de Abril

Esclarece o âmbito de aplicação do ponto iv) da alínea b) do n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18-B/2020, de 2 de abril - [DOC](#)

Despacho n.º 4148/2020, de 5 de Abril

Regulamenta o exercício de comércio por grosso e a retalho de distribuição alimentar e determina a suspensão das atividades de comércio de velocípedes, veículos automóveis e motociclos, tratores e máquinas agrícolas, navios e embarcações - [DOC](#)

Despacho n.º 4147/2020, de 5 de Abril

Delegação de competências do Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital nos Secretários de Estado durante o período de vigência do estado de emergência e suas eventuais renovações - [DOC](#)

Despacho n.º 4146-A/2020, de 3 de Abril

Estabelece os serviços essenciais e as medidas necessárias para garantir as condições de normalidade na produção, transporte, distribuição e abastecimento de bens e serviços agrícolas e pecuários, e os essenciais à cadeia agroalimentar, no quadro das atribuições dos organismos e serviços do Ministério da Agricultura - [DOC](#)

Despacho n.º 4097-B/2020, de 2 de Abril

Determina as competências de intervenção durante a vigência do estado de emergência, ao Comandante Operacional Distrital da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), ao Centro Distrital de Segurança Social e à Autoridade de Saúde de âmbito local territorialmente competente, em colaboração com os municípios - [DOC](#)



Despacho n.º 153/2020-XXII, de 24/04, do SEAF - Cumprimento de obrigações fiscais (COVID 19) - [DOC](#)

Despacho n.º 141/2020-XXII, de 6/04, do SEAF - Tolerância de ponto (dias 9 e 13 de abril) - Flexibilização do cumprimento de obrigações fiscais - [DOC](#)

Despacho n.º 137/2020-XXII, de 3/04, do SEAF - Enquadramento dos Benefícios Fiscais Previstos no Estatuto do Mecenato - [DOC](#)

Despacho n.º 136/2020-XXII, de 3/04, do SEAF - IRS Jovem - [DOC](#)



PANDEMIA GLOBAL CORONAVÍRUS (COVID-19)

RECURSOS EM DESTAQUE

PORDATA - Indicadores-Chave



Com o objectivo de facilitar o acesso à informação estatística disponibilizada por diversas instituições, a Pordata disponibiliza uma nova área dedicada ao dados relativos ao impacto económico e social da pandemia Covid-19 em Portugal, desde Março 2020, que agrega dezenas de indicadores disponíveis, permitindo uma análise evolutiva e comparativa dos principais indicadores económico-financeiros e sociais face aos dados disponíveis da última década.

AT - Medidas de flexibilização das obrigações fiscais - [DOC](#)

CNCS - Boas práticas em Teletrabalho - [DOC](#)

CNCS - Cibersegurança em reuniões online e webinars - [DOC](#)

CNCS - 10 recomendações no uso de plataformas de vídeo e áudio - [DOC](#)

CNCS - Recomendações de Segurança - [Zoom](#) - [Microsoft Teams](#)

DGS - Uso de Máscaras na Comunidade - [DOC](#)

DGS - Relatório de Situação: Infecção por novo coronavírus (COVID-19) em PORTUGAL - 1 de Maio - [DOC](#)

DGS - Laboratórios Referenciados para testes de COVID-19 - [DOC](#)

GOVERNO - Plano de Desconfinamento - [PLANO](#) - [CRONOLOGIA](#)

GOVERNO - Fim do estado de emergência não é o fim da emergência sanitária - [DOC](#)

GOVERNO - Medidas Excepcionais em cada área governativa - [DOC](#)

ICC - ICC lança Guia para as empresas sobre coronavírus - [DOC](#)

INE - COVID-19: Acompanhamento do impacto social e económico da pandemia - [DOC](#)

OdM - Comunicado sobre critérios de uso universal de máscara por profissionais de saúde e população - [DOC](#)



PANDEMIA GLOBAL CORONAVÍRUS (COVID-19)

RECURSOS EM DESTAQUE

ECDC - Reducing COVID-19 transmission from potentially asymptomatic or pre-symptomatic people through the use of face masks - [DOC](#)

ESRB - Policy measures in response to the COVID-19 pandemic - [DOC](#)

IMF - Policy Responses to COVID19 - [DOC](#)

JHCFHS - COVID-19 Map - [DOC](#)

WEF - How is coronavirus impacting the global economy? - [DOC](#)

WEF - Stakeholder Principles in the COVID Era - [DOC](#)

WHO - Advice on the use of masks in the context of COVID-19 - [DOC](#)

Nas páginas seguintes, e em particular a partir da página **30** encontra um conjunto de outros recursos sobre a pandemia Covid-19 em Portugal, na Europa e no mundo.



LEGISLAÇÃO NACIONAL

LEIS, DECRETOS-LEI, PORTARIAS E RESOLUÇÕES

Decreto-Lei n.º 13/2020, de 7 de Abril

Altera a certificação por via eletrónica de micro, pequena e média empresas - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 12/2020, de 6 de Abril

Estabelece o regime jurídico aplicável ao comércio de licenças e emissão de gases com efeito de estufa, transpondo a Diretiva (UE) 2018/410 - [DOC](#)

Portaria n.º 98/2020, de 20 de Abril

Procede à alteração da Portaria n.º 320-A/2011, de 30 de dezembro - criação da Direção de Serviços de Apoio e Defesa do Contribuinte - [DOC](#)

Portaria n.º 88-A/2020, de 6 de Abril

Aprova as instruções de preenchimento da Declaração Mensal de Remunerações (DMR), aprovada pela Portaria n.º 40/2018, de 31 de janeiro - [DOC](#)

Regulamento n.º 423/2020, de 23 de Abril

Definição e regulamentação das soluções disponibilizadas pelo IHRU, I. P., em concretização do Programa Chave na Mão - Programa de Mobilidade para a Coesão Territorial, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 57/2018, de 8 de maio - [DOC](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA - NOVAS INICIATIVAS

PROPOSTAS DE LEI

Proposta de Lei 30/XIV, 30 de Abril

Altera as medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia da doença COVID-19 - [DOC](#)

Proposta de Lei 29/XIV, 24 de Abril

Estabelece medidas fiscais e que alarga o limite para a concessão de garantias, no âmbito da pandemia da doença COVID 19 - [DOC](#)

Proposta de Lei 27/XIV, 24 de Abril

Promove e garante a capacidade de resposta das autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID-19 - [DOC](#)

Proposta de Lei 26/XIV, 24 de Abril

Aprova um regime excecional e transitório para a celebração dos acordos de regularização de dívida no âmbito do setor da água e do saneamento de águas residuais - [DOC](#)

Proposta de Lei 25/XIV, 10 de Abril

Estabelece um regime excecional e temporário quanto às formalidades da citação e da notificação postal, no âmbito da pandemia da doença COVID-19 - [DOC](#)

Proposta de Lei 24/XIV, 10 de Abril

Estabelece um regime excecional e temporário de processo orçamental, na sequência da pandemia da doença COVID-19 - [DOC](#)



PROJETOS DE LEI

Projeto de Lei 263/XIV (PCP), 16 de Abril

Consagra a obrigatoriedade do subsídio de refeição, procedendo à 15ª alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro - [DOC](#)

GOVERNO DE PORTUGAL

Comunicado do Conselho de Ministros Electrónico, de 30 de Abril - [DOC](#)

ponto 1. O Conselho de Ministros aprovou hoje a estratégia para o levantamento das medidas de confinamento no âmbito do combate à pandemia da doença Covid-19. Relativamente às regras, institui-se o uso obrigatório de máscara em transportes públicos (utentes e trabalhadores), nos serviços de atendimento ao público, nas escolas (funcionários, professores e alunos, exceto crianças até aos 6 anos) e nos estabelecimentos comerciais e de serviços abertos ao público. Mantêm-se as recomendações de higiene das mãos e etiqueta respiratória, assim como de distanciamento físico.

ponto 3. Foi aprovada a proposta de lei que altera medidas excepcionais e temporárias de resposta à pandemia da doença COVID-19 que integram reserva de competência da Assembleia da República. Neste sentido, procede-se a alterações à Lei n.º 1-A/2020, nomeadamente no que respeita aos prazos relativos ao regime extraordinário e transitório de proteção dos arrendatários, às diligências a realizar no âmbito dos processos e procedimentos que corram termos nos tribunais, ao reforço dos meios e poderes da Autoridade para as Condições do Trabalho, entre outras.

ponto 4. Foi aprovado o diploma que altera as medidas excepcionais e temporárias constantes do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, procurando acautelar, do ponto de vista legislativo, a forma gradual como deve operar a retoma possível da atividade económica.

Comunicado do Conselho de Ministros, de 23 de Abril - [DOC](#)

ponto 2. Foi aprovada uma proposta de lei que estabelece medidas fiscais e alarga o limite para a concessão de garantias, no âmbito da pandemia da doença Covid-19.

Comunicado do Conselho de Ministros, de 17 de Abril - [DOC](#)

ponto 1. O Conselho de Ministros aprovou hoje, por via eletrónica, o decreto que regulamenta a prorrogação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República, procedendo-se a ajustamentos às medidas já aprovadas e adotando-se outras medidas que se considera necessárias.

Comunicado do Conselho de Ministros, de 9 de Abril - [DOC](#)

ponto 1. O Conselho de Ministros aprovou hoje um novo conjunto de medidas extraordinárias de resposta à situação epidemiológica do novo Coronavírus-COVID-19.

Comunicado do Conselho de Ministros, de 2 de Abril - [DOC](#)

ponto 1. O Conselho de Ministros aprovou hoje o decreto que regulamenta a prorrogação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República, assim como um novo conjunto de medidas extraordinárias de resposta à situação epidemiológica do novo Coronavírus-COVID-19.

CMVM - COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

REGULAMENTAÇÃO

Regulamento da CMVM n.º 5/2020, de 23 de Abril - que altera o Regulamento da CMVM n.º 3/2015, relativo ao Capital de Risco, Empreendedorismo Social e Investimento Alternativo Especializado - [DOC](#)



CIRCULARES, FAQS E COMUNICADOS

Circular às entidades obrigadas sob supervisão da CMVM sobre a prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo no contexto da pandemia do Covid-19 - [DOC](#)

Circular sobre o prazo de reporte à CMVM do relatório de controlo interno - [DOC](#)

CMVM recomenda a adoção de princípios de sustentabilidade e transparência na informação ao mercado, e nas políticas de dividendos e de gestão de crise - [DOC](#)

Covid-19: Recomendações aos investidores - [DOC](#)

ESMA atualiza respostas às perguntas mais frequentes sobre orientações relativas a indicadores alternativos de desempenho, no contexto do Covid-19 - [DOC](#)

ESMA atualiza avaliação de risco para incorporar impacto da pandemia do Covid-19 - [DOC](#)

ESMA divulga ações para mitigar impacto do Covid-19 nos prazos para divulgações dos reportes periódicos pelos gestores de fundos - [DOC](#)

Declaração da IOSCO sobre a aplicação nas normas contabilísticas durante a pandemia de Covid-19 - [DOC](#)

24ª compilação de decisões da base de dados de enforcement do European Enforcement Coordination Sessions - [DOC](#)

Dever de prestação de informação relativa às liquidações internalizadas (Regulamento da CMVM n.º 6/2019 e Art. 9.º/1 do CSDR) - [DOC](#)

Relatório da IOSCO sobre “Finanças Sustentáveis e o papel dos reguladores de valores mobiliários e da IOSCO” - [DOC](#)

ESMA publica relatório estatístico anual sobre custos e desempenho dos produtos de investimento para retalho na UE - [DOC](#)

Relatório da ESMA sobre as atividades de supervisão e regulação dos supervisores Europeus em 2019 - [DOC](#)

ESMA publica relatório final sobre orientações relativas a comissões de desempenho nos OICVM e alguns FIA - [DOC](#)

PNFF divulga relatório de 2019 e plano de atividades para este ano - [DOC](#)

CMVM informa sobre relatório do auditor para fixação da contrapartida mínima a oferecer aos acionistas por ocasião da perda da qualidade de sociedade aberta da Toyota Caetano Portugal, SA - [DOC](#)

INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

Indicadores trimestrais de intermediação financeira - 1º Trimestre de 2020 - [DOC](#)

Indicadores trimestrais de contraordenações - 1º Trimestre de 2020 - [DOC](#)

Indicadores trimestrais de day-trading - 1º Trimestre de 2020 - [DOC](#)

Indicadores mensais dos fundos de investimento imobiliário - Março - [DOC](#)

Indicadores mensais dos fundos de investimento mobiliário - Março - [DOC](#)

Indicadores mensais do mercado de capitais português - Março - [DOC](#)

Indicadores mensais de receção de ordens - Março - [DOC](#)



BANCO DE PORTUGAL

REGULAMENTAÇÃO

Instrução (Histórico) n.º 11/2020 - Altera a Instrução n.º 7/2012, que estabelece as medidas de carácter temporário relativas aos critérios de elegibilidade dos ativos de garantia para as operações de crédito do Eurosistema - [DOC](#)

Instrução (Histórico) n.º 10/2020 - Altera a Instrução n.º 3/2015, que estabelece regras uniformes para a implementação da política monetária única pelo Eurosistema - [DOC](#)

Instrução (Histórico) n.º 9/2020 - Altera a Instrução n.º 17/2009, que determina o envio ao Banco de Portugal de elementos informativos sobre o cumprimento dos limites de pessoas associadas das caixas agrícolas - [DOC](#)

Instrução (Histórico) n.º 8/2020 - Altera a Instrução n.º 15/2009, que estabelece os limites de concessão de crédito pelas caixas agrícolas ao abrigo do n.º 2 do art.º 28.º e do n.º 6 do art.º 36.º-A do RJCAM - [DOC](#)

Carta Circular n.º CC/2020/00000028 - Medidas de flexibilização adicionais relacionadas com a pandemia de COVID-19 - [DOC](#)

Carta Circular n.º CC/2020/00000022 - Sublinha a importância de as instituições de crédito e as entidades elencadas no artigo 1.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 11/2014, darem adequado cumprimento às Orientações relativas a moratórias públicas e privadas aplicadas a operações de crédito no contexto da pandemia COVID-19 (EBA/GL/2020/02) - [DOC](#)

RELATÓRIOS E BOLETINS

Relatório da Emissão Monetária de 2019 - [DOC](#)

Relatório de Supervisão Comportamental de 2019 - [DOC](#)

Relatório Anual da Atividade de Cooperação de 2019 - [DOC](#)

Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito - Abril 2020 - [DOC](#)

Relatório da Conferência “The euro 20 years on: the debut, the present and the aspirations or the future” - [DOC](#)

Síntese da atividade sancionatória do Banco de Portugal - 1.º trimestre de 2020 - [DOC](#)

Estudos da Central de Balanços n.º 43 - **Análise das empresas da área metropolitana de Lisboa** - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 4/2020 - Abril - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 4/2020: 1º Suplemento - Abril - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 4/2020: 2º Suplemento - Abril - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 4/2020: 3º Suplemento - Abril - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 3/2020: 4º Suplemento - Março - [DOC](#)

Boletim Estatístico n.º 4/2020 - Abril - [DOC](#)

Indicadores Coincidentes - Abril - [DOC](#)

Revista de Estudos Económicos n.º 2, Volume VI - Abril - [DOC](#)



INTERVENÇÕES E COMUNICADOS

Quais os impactos do COVID-19 nas empresas? - [DOC](#)

Comunicado do Banco de Portugal sobre **recomendação de não distribuição de dividendos** - [DOC](#)

Covid-19: **A resposta do Banco de Portugal a pensar nas famílias, nas empresas e nos bancos** - [DOC](#)

Comunicado sobre os documentos emitidos pela EBA e pelo GAFI, no contexto da pandemia COVID-19, em matéria de **prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo** - [DOC](#)

Banco de Portugal implementa Orientações da EBA relativas a **moratórias públicas e privadas aplicadas a operações de crédito** no contexto da pandemia COVID-19 - [DOC](#)

Resultados do Inquérito Rápido e Excecional às Empresas: semana de 20 a 24 de abril de 2020 - [DOC](#)

Resultados do Inquérito Rápido e Excecional às Empresas: semana de 13 a 17 de abril de 2020 - [DOC](#)

COVID-19: Banco de Portugal e INE lançam novo **Inquérito Rápido e Excecional às Empresas** - [DOC](#)

COVID-19: Clientes afetados podem fazer pagamentos por **canais digitais sem pagar comissões** até 30 de junho - [DOC](#)

COVID-19: Pandemia conduz a **redução sem precedentes nos pagamentos** - [DOC](#)

Estratégia Nacional para os Pagamentos de Retalho: **Banco de Portugal prolonga prazo de resposta à consulta pública** - [DOC](#)

Comunicado do Banco de Portugal sobre o **Relatório da Emissão Monetária de 2019** - [DOC](#)

Comunicado do Banco de Portugal sobre o **Relatório de Supervisão Comportamental de 2019** - [DOC](#)

Comunicado do Banco de Portugal sobre o **Relatório Anual da Atividade de Cooperação de 2019** - [DOC](#)

Infografia - **A supervisão comportamental em números 2019** - [DOC](#)

Artigo do Governador, Carlos da Silva Costa, na Eurofi | Magazine, Zagreb 2020: "**Safeguarding financial stability at local level within the Banking Union**" - [DOC](#)

Entrevista do Vice-Governador, **Luís Máximo dos Santos, ao Expresso** - [DOC](#)

Banco de Portugal disponibiliza online **base documental sobre a zona monetária do escudo** - [DOC](#)

INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

COVID-19 - Resultados do Inquérito Rápido e Excecional às Empresas: de 6 a 10 de abril de 2020 - [DOC](#)

Estatísticas bancárias Internacionais em base consolidada: 4.º Trimestre de 2019 - [DOC](#)

Estatísticas das empresas da central de balanços: 4.º Trimestre de 2019 - [DOC](#)

Contas nacionais financeiras: 4.º Trimestre de 2019 - [DOC](#)

Taxas de juro de novas operações de empréstimos e depósitos: Fevereiro - [DOC](#)

Financiamento das administrações públicas: Fevereiro - [DOC](#)

Endividamento do setor não financeiro: Fevereiro - [DOC](#)

Empréstimos e depósitos bancários: Fevereiro - [DOC](#)

Balança de Pagamentos: Fevereiro - [DOC](#)



Emissões de títulos: Fevereiro - [DOC](#)

Dívida pública: Fevereiro - [DOC](#)

CNSF - CONSELHO NACIONAL DE SUPERVISORES FINANCEIROS

Reunião do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros de 18 de março de 2020 - [DOC](#)

ASF - AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES

Consulta Pública n.º 3/2020 - Projeto de Norma Regulamentar referente às situações de conflito de interesses no âmbito da gestão dos fundos de pensões - [DOC](#)

Norma Regulamentar n.º 2/2020-R, altera a Norma Regulamentar n.º 6/2019-R, de 3 de setembro - [DOC](#)

Carta-Circular n.º 4/2020, Medidas de flexibilização e recomendações no âmbito da situação excecional relacionada com o surto pandémico coronavírus - Covid-19 - [DOC](#)

Distribuição de Seguros - **Situação excecional relacionada com a Covid-19** - [DOC](#)

Plano de Poupança Reforma e Estado de Emergência - [DOC](#)

Nota de Informação sobre “Apelo da EIOPA à ação das empresas de seguros e dos mediadores de seguros e de seguros a título acessório para **mitigação dos impactos adversos para os consumidores decorrentes do surto pandémico do novo Coronavírus**” - [DOC](#)

Nota de Informação sobre declaração da EIOPA “**Statement on distribution of dividends in relation to COVID 19**” - [DOC](#)

Nota de Informação sobre a publicação do **Regulamento n.º (UE) 2020/551** da Comissão, de 21 de abril - [DOC](#)

Nota de Informação sobre campanha “**Novos sinais, maior segurança**” - [DOC](#)

Entendimentos da ASF sobre seguros obrigatórios - [DOC](#)

Relatório Anual da Formação para o acesso à atividade de distribuição de seguros ou de resseguros – 2019 - [DOC](#)

“**Sustainable finance challenges – the role of the insurance sector**”, artigo de opinião da Presidente da ASF, Dra. Margarida Corrêa de Aguiar, publicado na revista EUROFI – Magazine - [DOC](#)

“**A supervisão e a atividade seguradora num contexto excecional**”, artigo de opinião da Presidente da ASF - [DOC](#)

Documentos comprovativos de seguro automóvel - [DOC](#)

AT - AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

Flexibilização de Pagamentos: Decreto-Lei n.º 10-F/2020, de 26 de março conjugado com a Declaração de Retificação n.º 13/2020, de 28 de março - [DOC](#)

Boletim Informativo da AT n.º 5/2020 - [DOC](#)



Nota informativa - Regras para o regime do justo Impedimento (Procedimentos no âmbito da pandemia COVID 19) - [DOC](#)

Nota informativa - Pedidos de Alteração de Morada (Procedimentos no âmbito da pandemia COVID 19) - [DOC](#)

Circular n.º 6/2020 - Tratamento em sede de Imposto do Selo das prorrogações e suspensões operadas no âmbito da moratória excecional de proteção de créditos (Decreto-Lei n.º 10-J/2020, de 26 de março) - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 17036/2020 - Prova da qualidade de não residente - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 000557/2020 - Retenção na fonte - Rendimentos Prediais – Caução - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 000573/2020 - DLRR - Lucros tributáveis a considerar para efeitos da constituição da reserva especial - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 000200/2020 - Enquadramento em sede de IMT e IS a conferir a uma operação de entrada em espécie de ativos imobiliários para a esfera de um FII aberto, por contrapartida de unidades de participação - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 10308/2020 - Reinvestimento no território de outro Estado membro da União Europeia - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 6829/2019 - Prestações de Serviços - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 5298/2020 - Rendimentos distribuídos por uma SICAV imobiliária residente no território suíço a acionistas residentes não habituais em Portugal - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 3834/2020 - Tributação dos rendimentos de uma empresa portuguesa pela prestação de serviços apoio ao comércio internacional a empresas sedeadas em Marrocos - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 4395/2019 - Importâncias suportadas pela entidade patronal por deslocação do local de trabalho - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 16455/2019 - Vendas à distância – Regras de faturação - Faturas emitidas a consumidores finais, sitos noutros Estados-Membros, não estão sujeitas a certificação pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), nem têm os elementos/dados destas faturas de ser comunicados através do e-fatura - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 16649/2019 - Transmissão de bens - Taxa - Cedência de posição contratual de leasing imobiliário – Operação sujeita e não isenta - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 2057/2019 - Reporte de perdas – menos-valias mobiliárias realizadas no estrangeiro - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 1203/2020 - CFEI e SIFIDE II - Benefícios obtidos antes da aplicação do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS) – sua dedução no âmbito do RETGS e após a saída do Grupo da sociedade beneficiária do CFEI. Prejuízos fiscais – recuperação dos reportados antes da aplicação do RETGS e dos apurados durante o RETGS, ambos ainda não deduzidos no Grupo, após a saída da sociedade do Grupo - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 10009/2020 - Documentos comprovativos a apresentar para operar a dispensa de retenção na fonte ao abrigo de Convenção para evitar a Dupla Tributação (CDT) - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 2222/2019 - Obrigação declarativa de juros pagos ou colocados à disposição de sujeito passivo residente em Portugal, com origem em depósitos à ordem ou a prazo em instituições financeiras em Espanha - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 2057/2019 - Reporte de perdas – menos-valias mobiliárias realizadas no estrangeiro - [DOC](#)



Ofício-circulado n.º 30220/2020 - IVA - Alínea a) do n.º 10 do artigo 15.º do Código. Extensão da Isenção Durante o Período de Emergência Motivado pela Pandemia do Novo Corona Vírus - Covid 19 - [DOC](#)

Ofício-circulado n.º 90029/2020 - Pagamento de retenções na fonte de Imposto do Selo - Alteração de procedimentos - [DOC](#)

Ofício-circulado n.º 40118/2020 - IMT - tabelas práticas em vigor a partir de 1 de abril de 2020 - [DOC](#)

Ofício-circulado n.º 30220/2020 - IVA - Alínea a) do n.º 10 do artigo 15.º do Código. Extensão da Isenção Durante o Período de Emergência Motivado pela Pandemia do Novo Corona Vírus - Covid 19 - [DOC](#)

Ofício-circulado n.º 20223/2020 - COVID 19 - Medidas de apoio excecionais e temporárias. DL n.º 10-A/2020, de 13/03 e DL n.º 10-G/2020, de 26/03 - Perguntas frequentes (FAQ) - [DOC](#)

Ofício-circulado n.º 20222/2020 - Novo artigo 2º-B do Código do IRS - "IRS jovem" - Isenção de rendimentos da categoria A - [DOC](#)

Ofício-circulado n.º 20221/2020 - Portaria n.º 88-A/2020, de 6 de abril - alterações às instruções de preenchimento da declaração mensal de remunerações (DMR) - [DOC](#)

Ofício-circulado n.º 15760/2020 - COVID-19. Franquia de direitos de importação e isenção de IVA - [DOC](#)

Ofício-circulado n.º 15759/2020 - Prova de Origem - Acordo UE - PTU - [DOC](#)

Ofício-circulado n.º 15758/2020 - COVID-19 - Questões aduaneiras - [DOC](#)

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Diretiva n.º 3/2020, da Procuradoria-Geral da República, de 13 de Abril

Divulga-se a Diretiva n.º 3/2020, de 13-04-2020, da Procuradoria-Geral da República, relativa à "Atuação Funcional do Ministério Público no Período de Vigência da Situação Excepcional de Prevenção, Contenção, Mitigação e Tratamento da Infecção Epidemiológica por SARS - COV-2 e da Doença COVID-19 e Estado de Emergência" – na qual se formulam diretrizes de atuação dos Magistrados do Ministério Público face ao disposto na Lei 1-A/2020, de 19 de março, alterada pela Lei 4-A/2020, de 6 de abril, e ao Regime Excepcional de Aplicação e Reexame Extraordinário dos Pressupostos da Prisão Preventiva, previsto na Lei 9/2020, de 10 de abril, e se revoga a Diretiva 2/2020, de 30 de março - [DOC](#)

Diretiva n.º 2/2020, da Procuradoria-Geral da República, de 30 de Março (Revogado)

"Atuação Funcional do Ministério Público no Período de Vigência da Situação Excepcional de Prevenção, Contenção, Mitigação e Tratamento da Infecção Epidemiológica por SARS - COV-2 e da Doença COVID-19 e Estado de Emergência", na qual se formulam diretrizes de atuação dos Magistrados do Ministério Público, também em articulação com as orientações do âmbito da competência do Conselho Superior do Ministério Público - [DOC](#)

PROVEDORIA

Covid-19. Suspensão das execuções fiscais. Penhoras. Efeitos práticos. Divulgação - [DOC](#)

DGO - DIREÇÃO-GERAL DO ORÇAMENTO

Circular Série A 1397, de 31 de Março - Instruções sobre a conversão da execução orçamental da receita e da despesa realizada ao abrigo do regime transitório previsto no artigo 12.º-H da Lei de Enquadramento Orçamental - [DOC](#)



Circular Série A 1396, de 31 de Março - Instruções aplicáveis à execução orçamental de 2020 - [DOC](#)

Síntese de Execução Orçamental - [DOC](#)

Dados da execução orçamental - [DOC](#)

Mapas da Lei e Alterações Orçamentais - [DOC](#)

Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores - [DOC](#)

DIREÇÃO-GERAL DA SAÚDE

Orientação n.º 15/2020, de 24 de Abril - Diagnóstico Laboratorial – Diagnóstico laboratorial; produtos biológicos; SARS-CoV-2; COVID-19 - [DOC](#)

SEGURANÇA SOCIAL

Layoff – **Medida Extraordinária de Apoio à Manutenção dos Contratos de Trabalho** - Calculo e pagamento - [DOC](#)

Layoff – **Notificação das Entidades Empregadoras** - [DOC](#)

COVID-19 – **Requerimento de Apoios Excecionais - Nova data** - [DOC](#)

ANSR - AUTORIDADE NACIONAL DE SEGURANÇA RODoviÁRIA

Entrada em vigor de **Novos Sinais de Trânsito** - [DOC](#)

Manual de apoio às **zonas residenciais e de coexistência** - [DOC](#)

Manual de apoio à **implementação de Zonas 30** - [DOC](#)



JURISPRUDÊNCIA

JURISPRUDÊNCIA NACIONAL

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 5 de Fevereiro

I. A independência do poder judicial e dos magistrados judiciais relativamente aos outros poderes do Estado não constitui uma prerrogativa ou um privilégio concedida/o no interesse próprio destes últimos, antes corresponde a uma garantia dos cidadãos (e correspondente obrigação do Estado).

II. De acordo com a jurisprudência consolidada do Contencioso do STJ, o exercício da actividade jurisdicional dos juizes encontra-se sujeito à observância dos respectivos deveres funcionais ou profissionais e à correspondente fiscalização disciplinar por parte do órgão (CSM) a que a Constituição (artigo 217.º) confere competência para tal, devendo essa fiscalização cingir-se à verificação da inobservância desses deveres, sem incidir sobre a apreciação do mérito das decisões judiciais.

IV. O dever de correcção a que os magistrados judiciais se encontram adstritos no exercício das suas funções assume uma considerável amplitude, implicando designadamente exigências de cortesia, de urbanidade no trato, de respeito e de consideração pela dignidade, reputação e honra dos demais.

V. De acordo com jurisprudência anterior do Contencioso do STJ “Os magistrados judiciais inserem-se nas chamadas relações especiais de poder, sobre eles recaindo especiais deveres de disciplina para salvaguarda de interesses e bens comunitários ligados à função que lhes é cometida, o que justifica a compressão designadamente do direito à liberdade de expressão.”

VII. A liberdade de expressão dos magistrados judiciais no exercício das suas funções e, em particular, na fundamentação das decisões proferidas, é ainda mais restrita, dada a natureza e a responsabilidade da função jurisdicional. A cada juiz, no acto de julgar, compete manifestar a contenção, a ponderação e a moderação inerentes ao exercício da função judicial, de modo a salvaguardar um justo equilíbrio entre os vários direitos e interesses em confronto.

VIII. Assim, a restrição à liberdade de expressão, em sede de fundamentação da decisão judicial, tem de ser a necessária para salvaguardar outros princípios fundamentais (como a imparcialidade do tribunal) e para assegurar a defesa dos direitos de personalidade de outrem. De modo que tal restrição seja adequada à tutela dos direitos em confronto e proporcional, isto é, razoável e de acordo com uma justa medida.

X. De acordo com a jurisprudência consolidada do Contencioso do STJ, se se verificar que o conteúdo das decisões judiciais integra a violação de deveres funcionais, designadamente do dever de correcção, a que o juiz se encontra adstrito, a efectivação da responsabilidade disciplinar, constitucionalmente cometida ao CSM, não colide com o princípio da independência do poder judicial nem com a independência dos juizes, desde que seja plenamente acautelada a não valoração, pelo mesmo órgão disciplinar, do mérito de tais decisões.

XXVIII. A responsabilidade disciplinar afere-se por um conjunto de factos e de circunstâncias que permitem concluir estarmos ou não perante um ilícito disciplinar. Ora, desconhecem-se os contornos fácticos dos processos (de inquérito e disciplinar) relativos a cada um dos juizes adjuntos que levaram o CSM a decidir pelo arquivamento. A esse respeito nada foi alegado pelo demandante, a quem cabia o ónus de o fazer, nem foi trazido aos autos qualquer elemento que permita concluir que a factualidade essencial de cada um dos casos convocados se reveste de contornos idênticos ao do caso sub judice. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 2 de Abril

I. As normas que regem sobre a citação em processo de execução fiscal têm natureza processual, daí que valha, relativamente à aplicação no tempo da lei processual nova e na ausência de norma expressa de direito transitório em sentido diverso, o princípio tempus regit actum, expresso também no n.º 3 do artigo 12.º da LGT.

II. Será, pois, aplicável, a redacção dos preceitos legais pertinentes à data da citação, ou seja, in casu à data do envio para a caixa postal eletrónica dos documentos que a formalizam (ou seja, são aplicáveis as disposições do CPPT na redacção da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro).

III. Pelo menos à data dos factos, por força das normas legais então em vigor, a presunção estabelecida no n.º 6 do artigo 191.º do CPPT - nos termos da qual “a citação considera-se efectuada no 25.º dia posterior ao seu envio, caso o contribuinte não aceda à caixa postal eletrónica em data anterior -, não era aplicável à citação da reversão, que, por força do disposto no n.º 3 do artigo 191.º do CPPT teria de ser “pessoal”. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 20 de Fevereiro

I. O prazo de 30 dias para deduzir oposição conta-se, nos termos do n.º 1 do artigo 203.º do CPPT, da citação pessoal do executado ou, não a tendo havido, da primeira penhora.

II. O disposto no n.º 2 do artigo 37.º do CPPT não se destina a suprir deficiências do acto de citação, que tem a natureza de acto processual, antes da notificação de actos em matéria tributária que possam ser objecto de meio judicial de reacção contra a sua validade/existência, salvo nos casos em que a oposição tenha por fundamento a ilegalidade abstracta da dívida



exequenda – alínea a) do n.º 1 artigo 204.º do CPPT – ou em que nela se admita a discussão da sua legalidade em concreto (cfr. alínea h) do n.º 1 do artigo 204.º do CPPT), o que não é o caso dos autos em que a oposição tem por fundamento exclusivo a ilegitimidade o citado pelo não exercício das funções de gerente.

III. O princípio da tutela jurisdicional efectiva não prescinde da observância dos prazos legais para utilização dos meios processuais ao dispor dos interessados. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 12 de Fevereiro

I. Tal como hoje resulta de forma expressa do disposto no n.º 6 do artigo 20.º do CIRS, a imputação a título de rendimento líquido na categoria B das quantias auferidas pelos advogados das sociedades de advogados onde exercem a sua actividade profissional, não prejudica a possibilidade de dedução por estes das contribuições obrigatórias para regimes de protecção social comprovadamente suportadas, nos casos em que os mesmos exerçam a sua actividade profissional através de sociedade sujeita ao regime de transparência fiscal previsto no artigo 6.º do Código do IRC, desde que tais quantias não tenham sido objecto de dedução a outro título, designadamente, a título de gastos ou perdas, no seio da sociedade de advogados, i.e., em IRC. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 20 de Fevereiro

I. A duplicação de coleta encontra-se normalmente prognosticada como uma causa de inexigibilidade da obrigação tributária e não como vício do ato tributário, já que ocorre quando, estando paga por inteiro um tributo, se exigir da mesma ou de diferente pessoa um outro de igual natureza, referente ao mesmo facto tributário e ao mesmo período de tempo (cfr. artigo n.º 205.º do CPPT), e por conseguinte é fundamento de oposição (cfr. artigo n.º 204 n.º 1 al. g) do CPPT) porém, pode ser aceite como fundamento de impugnação quando consubstancia uma ilegalidade que afeta a validade do ato de liquidação (artigo 78.º n.º 6 da LGT) , nomeadamente nas situações em que o ato de liquidação (impugnado) ocorre em momento em que já se verifica cobrada a quantia por este apurada, por ter constituído matéria coletável num ato de liquidação anterior.

II. A nota de encomenda consubstancia um documento onde se formaliza a vontade de adquirir determinado(s) produto(s) específico(s), devendo ali ser indicado a quantidade e descrição dos bens e bem assim, as condições de entrega e de pagamento e ainda os dados fiscais de ambas as partes. Este documento normalmente é emitido em duplicado (um para o vendedor, outro para o comprador), mas não serve de fatura.

III. O documento contabilisticamente relevante, porque gerador de proveitos, é a fatura.

IV. O princípio da especialidade dos exercícios é um princípio contabilístico que surge como corolário do princípio da anualidade dos tributos, sendo um garante da tributação pelo lucro real, já que impõe que os proveitos e os custos economicamente imputáveis a um determinado exercício, sejam considerados apenas nesse exercício, só estes podem, influenciar o resultado do período a que são imputados (artigo 18.º do CIRC).

V. A apreciação da matéria de facto por este tribunal quando a 1.ª instância o não fez, colide com a regra do duplo grau de jurisdição que tem como objetivo assegurar às partes a intervenção de um tribunal de hierarquia superior quanto às discordâncias que possam surgir relativamente ao decidido pelo tribunal a quo. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 24 de Janeiro

I. As provisões são, por definição, custos estimados de um exercício, correspondentes a despesas cujo montante ainda não é certo ou a despesas que são de eventual ocorrência futura.

II. Quando a Administração Tributária não põe em causa que, em relação ao exercício em que é contabilizada a provisão, se verificam e comprovam os requisitos previstos no n.º 1 do artigo 34º do CIRC, não pode depois corrigir a matéria tributável, desconsiderando a provisão efectuada pela Impugnante, com o único e exclusivo argumento de que dívida de que esta tem para com o seu cliente é superior ao crédito que detém sobre ele. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 5 de Março

I. Uma vez estabelecida a veracidade da subscrição do documento particular pela pessoa a quem é atribuído, dela resulta a veracidade do respetivo conteúdo: o documento particular faz prova plena das declarações atribuídas ao seu autor.

II. As declarações recetícias, porque se destinam a alguém, só começam a produzir os seus efeitos a partir do momento em que são recebidas ou conhecidas pelo(s) destinatários(s).

III. O sistema clássico de formação do contrato assenta num diferente posicionamento das partes, tomando uma delas a iniciativa do negócio, mediante a proposta, e manifestando a outra a sua conformidade com a mesma: aceitação.

IV. Diz-se proposta a declaração pela qual uma pessoa manifesta a outrem a sua intenção de celebrar determinado negócio, destinada a integrar o correspondente conteúdo, se ele vier a concretizar-se.

V. Da aceitação resulta o contrato; não haver, pois, verdadeira aceitação quando a competente declaração surja dubitativa ou condicionada. - [DOC](#)



Acórdão do Tribunal da Relação de Porto, de 18 de Março

I. O tipo legal de crime previsto no art.º 187º do Código Penal - crime de ofensa a pessoa coletiva - não exige um concreto meio de expressão e mais especificamente a oralidade, ou seja, não define modo típico de concretização da ofensa ao caracterizar a conduta ilícita como afirmar ou propalar factos inverídicos capazes de ofender a credibilidade, o prestígio ou a confiança devidos a pessoa coletiva.

II. A afirmação ou propalação de factos é compatível com a utilização da escrita e a divulgação através de redes sociais.

III. As palavras *afirmar* e *propalar* utilizadas no tipo incriminador não sugerem unicamente a comunicação verbal, mas antes apontam em igual medida para a comunicação escrita.

IV. Por conseguinte, a inexistência de remissão legal para a norma do artigo 182.º do Código Penal não conduz à exclusão de tipicidade relativamente a condutas atentatórias da credibilidade, prestígio ou confiança devidos a pessoa coletiva que sejam materializadas em escrito ou outro meio de expressão. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Porto, de 5 de Março

I. Se o cessionário adquire um crédito desconhecendo a existência de um eventual pactum de non cedendo, não se justifica que o devedor lhe recuse o pagamento do crédito com base na existência dessa cláusula.

II. As garantias dadas pelos mutuários devedores mantêm-se enquanto existirem as dívidas que garantem, nos precisos termos e dimensão em que foram dadas aos mutuantes, independentemente de quem sejam ou venham a ser (por força de eventuais cessões de créditos) os válidos titulares dos créditos garantidos.

III. Não há obstáculo a que uma hipoteca garanta créditos diferentes, incluindo quanto aos credores (credores diferentes), sucedendo apenas que os diferentes credores concorrerão pelo accionamento da mesma hipoteca. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Porto, de 3 de Fevereiro

I. O critério geral para a determinação do valor coincide com a utilidade económica imediata que pela ação se pretende obter.

II. Não estando em causa o valor da retribuição mensal devida ao Autor mas a alegada violação do dever de ocupação efectiva, estabelecido no artigo 129º do Código do Trabalho, o que é peticionado a título de “danos patrimoniais e não patrimoniais”, não se reporta a cada mês mas sim a cada dia em que tal violação alegadamente ocorreu, impondo-se que se considerem tais dias até à data da propositura da acção- atento o disposto no artigo 299º do Código de Processo Civil.

III. Assentando a ação no pedido de reconhecimento e condenação pela prática ilícita e dolosa de assédio moral infligida ao Autor, pela referida violação do dever de ocupação efectiva, sendo adicional o que igualmente é peticionado a título de “danos patrimoniais e não patrimoniais”, para a determinação do valor da causa é aplicável o previsto no artigo 297º, nºs 1 e 2 do Código de processo Civil, impondo-se, atender somente aos «interesses já vencidos», não tendo as prestações vincendas qualquer relevância na fixação do valor da causa. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 28 de Janeiro

I. Nos termos em que está legalmente prevista, a medida cautelar de suspensão do cargo de titulares de órgãos sociais prevista no art. 1055º, nº 2, do CPC não exige a prévia audiência do requerido. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 15 de Dezembro de 2016

I. É admissível a impugnação judicial direta das deliberações do Conselho de Administração de sociedade comercial. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 27 de Fevereiro

I. Para que estejamos em presença de uma situação de abuso de direito na modalidade venire contra factum proprium impõe-se a verificação de (i) um comportamento anterior do titular do direito susceptível de criar, em termos objectivos, uma situação de confiança por parte da contraparte; (ii) um comportamento posterior por parte do titular do direito manifestamente contraditório com o comportamento anteriormente adoptado; (iii) a imputabilidade de ambos os comportamentos ao titular do direito; (iv) um comportamento da contraparte assente na confiança gerada pelo primeiro comportamento adoptado pelo titular do direito; e (v) o nexo de causalidade entre a situação objectiva de confiança e o comportamento que essa situação gerou na contraparte.

II. Não é, assim, tutelada toda e qualquer situação de confiança gerada na contraparte, antes sim e apenas a situação objectiva e legítima de confiança, ou seja, a confiança tida por um destinatário normal colocado naquelas mesmas circunstâncias.

III. O credor que no processo executivo efectua uma proposta de aquisição do imóvel penhorado em montante inferior a metade do valor total do seu crédito não actua em situação de venire contra factum proprium quando no processo especial para acordo de pagamento vota contra a proposta de pagamento por parte do devedor apenas do exacto montante que o credor havia proposto para a aquisição do imóvel no processo executivo, pagamento esse a ser efectuado em doze anos.

IV. O processo especial para acordo de pagamento encontra-se especificamente regulado nos arts. 222.º-A a 222.º-J do CIRE, pelo que a tal processo não se aplicam as normas constantes dos arts. 17.º-A a 17.º-J do CIRE previstas para o processo especial de revitalização de empresas. - [DOC](#)



Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 27 de Fevereiro

I. O artigo 9º, nº 3, do Código das Sociedades Comerciais cria um regime jurídico específico para as disposições supletivas do Código das Sociedades Comerciais que permite a derrogação de tais disposições por força do próprio contrato social ou quando neste se preveja a derrogação por deliberação dos sócios.

II. As alterações facultativas, introduzidas aquando da transformação da sociedade de um tipo para outro tipo legal, devem ser aprovadas segundo os requisitos previstos na lei ou nos estatutos para a tomada da deliberação pela sociedade a transformar, mas, em si mesmas, regulam-se pelo regime substantivo prescrito na lei para o novo tipo social, dado que se destinam a vigorar no quadro dessa nova forma de organização.

III. Quando no contrato de sociedade que, à data da deliberação, regia a sociedade, por vontade unânime dos sócios, estava prevista a possibilidade de derrogação das normas supletivas por mera deliberação dos sócios, a deliberação que aprovou a derrogação da norma supletiva prevista no art. 246º, nº 2, do CSC, não é violadora da lei.

IV. A sanção de anulabilidade prevista na alínea b) do nº 2 do citado art. 58º do CSC não se aplica à deliberação vantajosa para a maioria e desvantajosa para a minoria, a sociedade ou terceiros, mas àquela que a estas características acrescente a feição excessiva, abusiva, o que pressupõe que, para a aplicação da referida sanção necessário é que o “contexto” da deliberação “envolva as proporções de um excesso manifesto”.

V. Para aplicação da referida sanção “não basta ser a deliberação adequada ao propósito: tem de lhe dar corpo, de constituir a materialização deliberativa do propósito”. - [DOC](#)

Decisão Arbitral do Centro de Arbitragem Administrativa, de 27 de Fevereiro

IVA – Sujeito passivo misto; Direito à dedução; Detenção de títulos de dívida; Leasing/ALD; Créditos titularizados; Perdas totais - [DOC](#)

Decisão Arbitral do Centro de Arbitragem Administrativa, de 21 de Fevereiro

IMT – EBF - Aquisição de imóveis a Fundos de Investimento Imobiliário – Isenção - [DOC](#)

Decisão Arbitral do Centro de Arbitragem Administrativa, de 17 de Fevereiro

IRC - Perda por ajustamento do justo valor v. perda por imparidade. Deduções no Regime Fiscal de Apoio ao Investimento (RFAI) - [DOC](#)



LEGISLAÇÃO EUROPEIA

EUROPEAN COMMISSION

COVID-19

Council Regulation (EU) 2020/521 of 14 April 2020 activating the emergency support under Regulation (EU) 2016/369, and amending its provisions taking into account the COVID-19 outbreak - April 15 - [DOC](#)

Decision (EU) 2020/547 of the European Parliament and of the Council of 17 April 2020 on the mobilisation of the Contingency Margin in 2020 to provide emergency assistance to Member States and further reinforce the Union Civil Protection Mechanism/rescEU in response to the COVID-19 outbreak - April 21 - [DOC](#)

Decision (EU) 2020/546 of the European Parliament and of the Council of 17 April 2020 on the mobilisation of the Flexibility Instrument to finance immediate budgetary measures in the context of the COVID-19 outbreak - April 21 - [DOC](#)

Decision (EU) 2020/545 of the European Parliament and of the Council of 17 April 2020 on the mobilisation of the Flexibility Instrument to finance immediate budgetary measures in the context of the COVID-19 outbreak and a reinforcement of the European Public Prosecutor's Office - April 21 - [DOC](#)

Regulation (EU) 2020/558 of the European Parliament and of the Council of 23 April 2020 amending Regulations (EU) No 1301/2013 and (EU) No 1303/2013 as regards specific measures to provide exceptional flexibility for the use of the European Structural and Investments Funds in response to the COVID-19 outbreak - April 24 - [DOC](#)

Commission Decision (EU) 2020/491 of 3 April 2020 on relief from import duties and VAT exemption on importation granted for goods needed to combat the effects of the COVID-19 outbreak during 2020 (notified under document C(2020) 2146) - April 3 - [DOC](#)

Commission Regulation (EU) 2020/551 of 21 April 2020 amending Regulation (EC) No 1126/2008 adopting certain international accounting standards in accordance with Regulation (EC) No 1606/2002 of the European Parliament and of the Council as regards International Financial Reporting Standard 3 (Text with EEA relevance) - April 22 - [DOC](#)

Commission Recommendation (EU) 2020/518 of 8 April 2020 on a common Union toolbox for the use of technology and data to combat and exit from the COVID-19 crisis, in particular concerning mobile applications and the use of anonymised mobility data C/2020/3300 - April 14 - [DOC](#)

Regulation (EU) 2020/533 of the European Central Bank of the European Central Bank of 15 April 2020 on the extension of deadlines for the reporting of statistical information (ECB/2020/23) - April 17 - [DOC](#)

Regulation of the European Central Bank of 9 April 2020 amending Regulation (EU) 2015/534 on reporting of supervisory financial information (ECB/2020/22) - April 9 - [DOC](#)

European Securities and Markets Authority Decision (EU) 2020/525 of 16 March 2020 to require natural or legal persons who have net short positions to temporarily lower the notification thresholds of net short positions in relation to the issued shares capital of companies whose shares are admitted to trading on a regulated market above a certain threshold to notify the competent authorities in accordance with point (a) of Article 28(1) of Regulation (EU) No 236/2012 of the European Parliament and of the Council - April 15 - [DOC](#)

Decision of the Management Board of the European Centre for Disease Prevention and Control of 9 September 2019 on internal rules concerning restrictions of certain rights of data subjects in relation to processing of personal data in the framework of the functioning of the European Centre for Disease Prevention and Control - [DOC](#)

Communication 2020/C 126/01 Joint European Roadmap towards lifting COVID-19 containment measures - [DOC](#)



Communication 2020/C 124 I/01 from the Commission Guidance on Apps supporting the fight against COVID 19 pandemic in relation to data protection - [DOC](#)

Communication 2020/C 122 I/01 from the Commission Guidelines on COVID-19 in vitro diagnostic tests and their performance - [DOC](#)

Communication 2020/C 116 I/02 from the Commission Temporary Framework for assessing antitrust issues related to business cooperation in response to situations of urgency stemming from the current COVID-19 outbreak - [DOC](#)

Communication 2020/C 112 I/01 from the Commission Amendment to the Temporary Framework for State aid measures to support the economy in the current COVID-19 outbreak - [DOC](#)

Communication 2020/C from 108 I/01 from the Commission Guidance from the European Commission on using the public procurement framework in the emergency situation related to the COVID-19 crisis - [DOC](#)

EU guidance for a safe return to the workplace - [DOC](#)

EU launches pledging effort - [DOC](#)

The impact of the Covid-19 pandemic on global and EU trade, Chief Economist Team, DG Trade, European Commission - [DOC](#)

A Roadmap for recovery: Towards a more resilient, sustainable and fair Europe - [DOC](#)

Joint European **Roadmap towards lifting COVID-19 containment measures** - [DOC](#)

The Coronavirus Crisis and EU Adequacy Decisions for Data Transfers - [DOC](#)

Time for transformative resilience: the COVID-19 emergency - [DOC](#)

Speech by Executive Vice-President Valdis Dombrovskis at the Bloomberg EU Policy Series 2020: '**Building Economic Resilience and Recovery**' - [DOC](#)

Q&A on the **EU's long-term budget** (Multiannual Financial Framework, MFF) - [DOC](#)

Europe must act now to prepare the **aftermath of the pandemic crisis** - [DOC](#)

DECISIONS AND REGULATION

Council Regulation (EU) 2020/538 of 17 April 2020 amending Regulation (EU, Euratom) No 1311/2013 laying down the multiannual financial framework for the years 2014-2020 as regards the scope of the Global Margin for Commitments - April 17 - [DOC](#)

Commission Regulation (EU) 2020/551 of 21 April 2020 amending Regulation (EC) No 1126/2008 adopting certain international accounting standards in accordance with Regulation (EC) No 1606/2002 of the European Parliament and of the Council as regards International Financial Reporting Standard 3 - April 22 - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2020/448 of 17 December 2019 amending Delegated Regulation (EU) 2016/2251 as regards the specification of the treatment of OTC derivatives in connection with certain simple, transparent and standardised securitisations for hedging purposes - March 27 - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2020/447 of 16 December 2019 supplementing Regulation (EU) No 648/2012 of the European Parliament and of the Council with regard to regulatory technical standards on the specification of criteria for establishing the arrangements to adequately mitigate counterparty credit risk associated with covered bonds and securitisations, and amending Delegated Regulations (EU) 2015/2205 and (EU) 2016/1178 - March 27 - [DOC](#)



Commission Delegated Regulation (EU) 2020/446 of 15 October 2019 amending Annex II to Regulation (EU) No 515/2014 of the European Parliament and of the Council establishing as part of the Internal Security Fund, the instrument for financial support for external borders and visa - March 27 - [DOC](#)

Regulation (EU) 2020/493 of the European Parliament and of the Council of 30 March 2020 on the False and Authentic Documents Online (FADO) system and repealing Council Joint Action 98/700/JHA - April 6 - [DOC](#)

Retificação do Regulamento de Execução (UE) 2015/2450 da Comissão, de 2 de dezembro de 2015, que estabelece normas técnicas de execução no respeitante aos modelos para a apresentação de informações às autoridades de supervisão em conformidade com a Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho - April 27 - [DOC](#)

Corrigendum to definitive adoption (EU, Euratom) 2020/227 of the European Union's general budget for the financial year 2020 - April 6 - [DOC](#)

Corrigendum to Commission Implementing Regulation (EU) 2018/548 of 6 April 2018 implementing Regulation (EU) 2017/1509 concerning restrictive measures against the Democratic People's Republic of Korea - April 20 - [DOC](#)

Communication 2020/C 131/03 Commission Decision of 25 February 2020 on the asset management guidelines of the common provisioning fund - April 22 - [DOC](#)

Communication 2020/C 123 I/02 Council Decision of 14 April 2020 adopting the Council's position on draft amending budget No 2 of the European Union for the financial year 2020 - [DOC](#)

Communication 2020/C 123 I/01 Council Decision of 14 April 2020 adopting the Council's position on draft amending budget No 1 of the European Union for the financial year 2020 - [DOC](#)

Decision (EU) 2020/506 of the European Central Bank of 7 April 2020 amending Guideline (EU) 2015/510 on the implementation of the Eurosystem monetary policy framework and Guideline (EU) 2016/65 on the valuation haircuts applied in the implementation of the Eurosystem monetary policy framework (ECB/2020/20) - April 7 - [DOC](#)

Guideline (EU) 2020/515 of the European Central Bank of 7 April 2020 amending Guideline ECB/2014/31 on additional temporary measures relating to Eurosystem refinancing operations and eligibility of collateral (ECB/2020/21) - April 8 - [DOC](#)

Guideline (EU) 2020/497 of the European Central Bank of 20 March 2020 on the recording of certain data by national competent authorities in the Register of Institutions and Affiliates Data (ECB/2020/16) - April 6 - [DOC](#)

Guideline (EU) 2020/496 of the European Central Bank of 19 March 2020 amending Guideline (EU) 2019/1265 on the euro short-term rate (€STR) (ECB/2020/15) - April 6 - [DOC](#)

Decision of the Steering Board of the European Defence Agency of 24 February 2020 on the adoption of internal rules concerning restrictions of certain rights of data subjects in relation to processing of personal data in the framework of the functioning of the EDA - April 7 - [DOC](#)

Consultation: **on the renewed sustainable finance strategy** - [DOC](#)

OTHER DOCUMENTS

Post-Programme Surveillance Report - **Portugal** - [DOC](#)



ECB - EUROPEAN CENTRAL BANK

ECB supports macroprudential policy actions taken in response to coronavirus outbreak - [DOC](#)

ECB communication to **reporting agents on the collection of statistical information**¹ in the context of COVID-19 - [DOC](#)

ECB communication to **reporting agents on the extension of deadlines for the reporting of statistical information** in the context of COVID-19 - [DOC](#)

ECB takes steps to **mitigate impact of possible rating downgrades on collateral availability** - [DOC](#)

ECB announces **package of temporary collateral easing measures** - [DOC](#)

The growth of non-bank finance and new monetary policy tools - [DOC](#)

Framework to assess cross-border spillover effects of macroprudential policies - [DOC](#)

April 2020 euro area bank lending survey - [DOC](#)

Monetary policy: **the challenges ahead** - [DOC](#)

ECB Survey of Monetary Analysts (SMA) - [DOC](#)

Consolidated financial statement of the Eurosystem - [DOC](#)

Euro money market statistics: first maintenance period 2020 - [DOC](#)

The euro area bank lending survey: First quarter of 2020 - [DOC](#)

Euro area securities issues statistics: February 2020 - [DOC](#)

Euro area monthly balance of payments: February 2020 - [DOC](#)

Euro area bank interest rate statistics: February 2020 - [DOC](#)

Households and non-financial corporations in the euro area: fourth quarter of 2019 - [DOC](#)

Euro area economic and financial developments by institutional sector: fourth quarter of 2019 - [DOC](#)

Euro area quarterly balance of payments and international investment position: fourth quarter of 2019 - [DOC](#)

Exchange rate pass-through in the euro area and EU countries - [DOC](#)

A fiscal capacity for the euro area: lessons from existing fiscal-federal systems - [DOC](#)

Do banks invest in riskier securities in response to negative central bank interest rates? - [DOC](#)

Fiscal expenditure spillovers in the euro area: an empirical and model-based assessment - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2398: **Negative monetary policy rates and systemic banks' risk-taking: evidence from the euro area securities register** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2397: **Growth-and-risk trade-off** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2396: **A framework for assessing the costs of pension reform reversals** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2395: **The dynamics of non-performing loans during banking crises: a new database** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2394: **Average inflation targeting and the interest rate lower bound** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2393: **Risk characteristics of covered bonds: monitoring beyond ratings** - [DOC](#)



Working Paper Series n.º 2391: **Can government intervention make firms more investment-ready? A randomized experiment in the Western Balkans** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2390: **Monetary policy, investment and firm heterogeneity** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2389: **Indebtedness and spending: what happens when the music stops?** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2388: **International capital flows at the security level: evidence from the ECB's Asset Purchase Programme** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2387: **Attention to the tail(s): global financial conditions and exchange rate risks** - [DOC](#)

ESMA - EUROPEAN SECURITIES AND MARKETS AUTHORITY

COVID-19

ESMA launches Covid-19 page - [DOC](#)

ESMA promotes coordinated action regarding **benchmarks external audit requirements** - [DOC](#)

ESMA sets out **supervisory expectations on publication of investment funds periodic reports** - [DOC](#)

ESMA issues **positive opinions on short selling bans** by Austrian FMA, Belgian FSMA, French AMF, Greek HCMC and Spanish CNMV - [DOC](#)

ESMA Risk Dashboard **Risk Update** - [DOC](#)

ESMA issues new **Q&A on alternative performance measures** in the context of COVID-19 - [DOC](#)

ESMA decision to require natural or legal persons who have net short positions to temporarily lower the notification thresholds of net short positions in relation to the issued shares capital of companies whose shares are admitted to trading on a regulated market above a certain threshold to notify the competent authorities in accordance with point (a) of Article 28(1) of Regulation (EU) No 236/2012 of the European Parliament and of the Council - [DOC](#)

Steven Maijor interviewed by Reuters: actions implemented by ESMA during COVID-19 - [DOC](#)

ESMA continues to **operate during the ongoing pandemic** - [DOC](#)

MIFID II E MIFIR - MARKETS IN FINANCIAL INSTRUMENTS DIRECTIVE AND REGULATION

ESMA **extends MiFID II/MiFIR transparency review report consultation** to 14 June 2020 - [DOC](#)

ESMA **postpones publication dates for annual non-equity transparency calculations and quarterly SI data** - [DOC](#)

ESMA provides clarifications for **best execution reports under MiFID II** - [DOC](#)

ESMA issues latest **double volume cap data** - [DOC](#)

OTHER DOCUMENTS

ESMA consults on clearing **solutions for Pension Scheme Arrangements under EMIR** - [DOC](#)

ESMA publishes 2019 **report on enforcement of corporate disclosure** - [DOC](#)



ESMA report **stresses impact of costs on retail investor benefits** - [DOC](#)

ESMA publishes translations for **Guidelines on standardised procedures and messaging protocols** - [DOC](#)

ESMA publishes guidance on **performance fees in UCITS and certain AIFs** - [DOC](#)

ESMA publishes **24th extract from its EECS database** - [DOC](#)

ESMA and MAS sign MoU on Singapore's **Financial Benchmarks** - [DOC](#)

ESMA issues an opinion on Hungarian **product intervention measures** - [DOC](#)

ESMA publishes **templates for quarterly non-equity systematic internaliser data** - [DOC](#)

ESMA updates its public **statement of consultation practices** - [DOC](#)

ESMA **Newsletter**, n.º 13 - [DOC](#)

EBA - EUROPEAN BANKING AUTHORITY

EBA publishes Guidelines on treatment of **public and private moratoria in light of COVID-19 measures** - [DOC](#)

EBA provides further **guidance on the use of flexibility in relation to COVID-19** and calls for heightened **attention to risks** - [DOC](#)

EU banks sail through the Corona crisis with **sound capital ratios** - [DOC](#)

EBA updates **impact of the Basel III reforms on EU banks' capital and compliance with liquidity measures** - [DOC](#)

EBA provides **additional clarity on measures to mitigate the impact of COVID-19** on the EU banking sector - [DOC](#)

EBA extends call for expression of interest for its new **Banking Stakeholder Group** - [DOC](#)

ESAs **consult on Environmental, Social and Governance disclosure rules** - [DOC](#)

EBA agrees with the European Commission's amendments to **standards on risk weights to specialised lending exposures** - [DOC](#)

EBA issues updated **Guidelines on equivalence of non-EU authorities for participation in supervisory colleges** - [DOC](#)

EBA updates its list of **risk indicators, IMF-FSI mapping and respective guides** - [DOC](#)

EBA publishes phase 1 of its **technical package on reporting framework 2.10** - [DOC](#)

EBA publishes updated List of **Reporting Institutions for 2020** - [DOC](#)

EBA updates list of **Other Systemically Important Institutions (O-SIIs)** - [DOC](#)

ESA - EUROPEAN SUPERVISORY AUTHORITIES

ESAs **Consult on Environmental, Social and Governance disclosure rules** - [DOC](#)



EIOPA - EUROPEAN INSURANCE AND OCCUPATIONAL PENSIONS AUTHORITY

Update on other **measures impacted by COVID-19 pandemic** - [DOC](#)

Statement on **principles to mitigate the impact of Coronavirus/COVID-19 on the occupational pensions sector** - [DOC](#)

EIOPA urges (re)insurers to temporarily **suspend all discretionary dividend distributions and share buy backs** - [DOC](#)

EIOPA publishes second **report on costs and pasts performance of insurance** based investment products and personal pension products - [DOC](#)

EIOPA publishes Opinion on the **supervision of remuneration principles in the insurance and reinsurance sector** - [DOC](#)

EIOPA publishes extraordinary information for **Solvency II Relevant Risk Free Interest Rate Term Structures and Symmetric Adjustment to Equity Risk** with reference to 6 April 2020 - [DOC](#)

EIOPA publishes weekly information for **Relevant Risk Free Interest Rate Term Structures and Symmetric Adjustment to Equity Risk** with reference to 14 April 2020 - [DOC](#)

Monthly technical information for **Solvency II Relevant Risk Free Interest Rate Term Structures** – end-March 2020 - [DOC](#)

Monthly update of the symmetric adjustment of the **equity capital charge for Solvency II** – end-March 2020 - [DOC](#)

ESRB - EUROPEAN SYSTEMIC RISK BOARD

Policy measures in response to the COVID-19 pandemic - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 109: **A dynamic network model to measure exposure diversification in the Austrian interbank market** - [DOC](#)

ESRB risk dashboard, April 2020 - [DOC](#)

FCA - FINANCIAL CONDUCT AUTHORITY

Listed companies and recapitalisation issuances during the coronavirus crisis - [DOC](#)

Work-related travel – responsibilities of Senior Managers - [DOC](#)

ScamSmart - **Avoid investment and pension scams** - [DOC](#)



PAPERS E OUTROS DOCUMENTOS

CIDP - CENTRO DE INVESTIGAÇÃO DE DIREITO PRIVADO

1º Videocast “Novo coronavírus e gestão da crise contratual – Estratégias Jurídicas” - [DOC](#)

CNPD - COMISSÃO NACIONAL DE PROTECÇÃO DE DADOS

Parecer n.º 45/2020 – sobre o projeto de Decreto-Lei que visa estabelecer a obrigatoriedade de declaração de corte, corte extraordinário, desbaste ou arranque de árvores de espécies florestais em Portugal continental - [DOC](#)

Orientações sobre **divulgação de informação relativa a infetados por Covid-19** - [DOC](#)

Orientações sobre o **controlo à distância em regime de teletrabalho** - [DOC](#)

Orientações para utilização de **tecnologias de suporte ao ensino à distância** - [DOC](#)

Orientações sobre a **recolha de dados de saúde dos trabalhadores** - [DOC](#)

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Divulgação n.º 103/2020 – referente às sugestões e orientações do CSM aos Exmos. Senhores Juízes, nos termos do art.º 7.º da Lei 1-A/2020, de 19.03 - [DOC](#)

EURONEXT

Resilience during volatility - [DOC](#)

FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

Como nascem e morrem os portugueses - [DOC](#) - [Infografias](#)

GABINETE DE ESTRATÉGIA E ESTUDOS (MINISTÉRIO DA ECONOMIA)

Corporate Indebtedness and Productivity Growth in the Portuguese Construction Sector - [DOC](#)

Boletim Mensal de Economia Portuguesa - [DOC](#)

ICC - INTERNATIONAL CHAMBER OF COMMERCE

Guia de continuidade de atividades para empresas - Covid19 - [DOC](#)

ICC lança **Guia para as empresas sobre coronavírus** - [DOC](#)

Orientações ao mercado de trade finance para lidar com as interrupções do COVID-19 - [DOC](#)

A Corte Internacional da ICC emite **Nota de Orientação Covid-19 para procedimentos arbitrais** - [DOC](#)



IMPIC - INSTITUTO DOS MERCADOS PÚBLICOS, DO IMOBILIÁRIO E DA CONSTRUÇÃO

Informação que clarifica sobre a **suspensão de prazos** na sequência da publicação da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, que procede à ratificação dos efeitos do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, bem como à **aprovação de medidas excecionais e temporárias de resposta relativa à situação epidemiológica** provocada pelo Coronavírus SARS-COV-2 - [DOC](#)

INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

COVID-19: **Acompanhamento do impacto social e económico da pandemia** - [DOC](#)

Síntese Económica de Conjuntura: Informação já disponível para março **revela uma forte redução da atividade económica** - Março de 2020 - [DOC](#)

Inquéritos de Conjuntura às Empresas e aos Consumidores: **Indicadores de confiança dos consumidores e de clima económico revelam reduções abruptas** - Abril de 2020 - [DOC](#)

Taxa de variação homóloga do IPC nula - Março de 2020 - [DOC](#)

As exportações e as importações aumentaram 0,9% e 3,4%, respetivamente, em termos nominais - Fevereiro de 2020 - [DOC](#)

ORDEM DOS ADVOGADOS

Parecer n.º 2/PP/2020-C, do Conselho Regional de Coimbra da Ordem dos Advogados - Sobre conflito de Interesses - [DOC](#)

Parecer n.º 21/PP/2019-C, do Conselho Regional de Coimbra da Ordem dos Advogados - Sobre o exercício de Exercer funções de Encarregado de Proteção de Dados da empresa com a qual mantém um contrato de trabalho - [DOC](#)

Comunicado da Comissão Executiva do Conselho Geral da Ordem dos Advogados - Decreto 2-B/2020, dd 2/04, **que regulamenta a prorrogação do estado de emergência** decretado pelo Presidente da República - [DOC](#)

ACER - AGENCY FOR THE COOPERATION OF ENERGY REGULATORS

The European Gas Market: analysing the role of transmission tariffs - [DOC](#)

BIS - BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS

Measures to reflect the impact of Covid-19 - [DOC](#)

Covid-19, cash, and the future of payments - [DOC](#)

Covid-19 and corporate sector liquidity - [DOC](#)

Macroeconomic effects of Covid-19: an early review - [DOC](#)

Expected loss provisioning under a global pandemic - [DOC](#)

Buffering Covid-19 losses - the role of prudential policy - [DOC](#)

Insurance regulatory measures in response to Covid-19 - [DOC](#)



Reflections on regulatory responses to the Covid-19 pandemic - [DOC](#)

Public guarantees for bank lending in response to the Covid-19 pandemic - [DOC](#)

The macroeconomic spillover effects of the pandemic on the global economy - [DOC](#)

Leverage and margin spirals in fixed income markets during the Covid-19 crisis - [DOC](#)

Learning the value of resilience and technology: the global financial system after Covid-19 - [DOC](#)

Identifying regions at risk with Google Trends: the impact of Covid-19 on US labour markets - [DOC](#)

Emerging market economy exchange rates and local currency bond markets amid the pandemic - [DOC](#)

Covid-19 and operational resilience: addressing financial institutions' operational challenges - [DOC](#)

Post-crisis international financial regulatory reforms: a primer - [DOC](#)

Jerome H Powell: Covid-19 and the economy - [DOC](#)

Isabel Schnabel: The European Central Bank's response to the COVID-19 pandemic - [DOC](#)

François Villeroy de Galhau: From the emergency crisis response to initial thinking on the post-crisis environment - [DOC](#)

Fabio Panetta: Why we all need a joint European fiscal response - [DOC](#)

Home sweet host: Prudential and monetary policy spillovers through global banks - [DOC](#)

Basel III Monitoring Report - [DOC](#)

Climate-related financial risks: a survey on current initiatives - [DOC](#)

Progress in adopting the Principles for effective risk data aggregation and risk reporting - [DOC](#)

Jurisdictions move towards full implementation of standards for financial market infrastructures - [DOC](#)

The recent distress in corporate bond markets: cues from ETFs - [DOC](#)

Payment aspects of financial inclusion in the fintech era - [DOC](#)

How fintech can promote financial inclusion - a new report on the opportunities and challenges - [DOC](#)

A New Indicator of Bank Funding Cost - [DOC](#)

Does the liquidity trap exist? - [DOC](#)

Credit to the non-financial sector - [DOC](#)

The Janus face of bank geographic complexity - [DOC](#)

International bank lending and corporate debt structure - [DOC](#)

Bold steps to pump coronavirus rescue funds down the last mile - [DOC](#)

The impact of unconventional monetary policies on retail lending and deposit rates in the euro area - [DOC](#)

Margin requirements for non-centrally cleared derivatives - [DOC](#)

Volatility spillovers and capital buffers among the G-SIBs - [DOC](#)

Effective exchange rate indices - [DOC](#)

Consolidated banking statistics - [DOC](#)

Consumer prices - [DOC](#)



Commercial property prices - [DOC](#)

Global liquidity indicators - [DOC](#)

BIS global liquidity indicators at end-December 2019 - [DOC](#)

BIS international banking statistics at end-December 2019 - [DOC](#)

BIS Bulletin n.º 4 - **The macroeconomic spillover effects of the pandemic on the global economy** - [DOC](#)

DELOITTE

COVID-19: Virtual Close Preparedness - [DOC](#)

Value of consumer ethnography for CEOs - [DOC](#)

Securitization Accounting: Eleventh Edition - [DOC](#)

EBRD - EUROPEAN BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT

The EBRD and the coronavirus (Covid-19) pandemic - [DOC](#)

EBRD targets coronavirus financing of €21 billion through 2021 - [DOC](#)

ECONPAPERS

Intangible investments and productivity performance - [DOC](#)

EDPB - EUROPEAN DATA PROTECTION BOARD

Guidelines 04/2020 on the **use of location data and contact tracing tools** in the context of the COVID-19 outbreak - [DOC](#)

European Data Protection Board to issue **guidance on data processing in the fight against COVID-19** - [DOC](#)

Twentieth plenary session of the European Data Protection Board - **scope of upcoming guidance on data processing in the fight against COVID-19** - [DOC](#)

Twentieth Plenary Session: **adopted documents** - [DOC](#)

EUROBAROMETER

Public opinion in the time of COVID-19 - [DOC](#)

EUROPEAN ISSUERS

European Issuers **letter to the Commission requesting the extension of the timeframe for postponement of General Meetings of Societas Europaea** - [DOC](#)

EUROSTAT

Euro area unemployment at 7.3% - [DOC](#)



FESE - FEDERATION OF EUROPEAN SECURITIES EXCHANGES

European Capital Markets Fact Sheet - Q1 2020 - [DOC](#)

FSB - FINANCIAL STABILITY BOARD

FSB Chair updates **Finance Ministers and Central Bank Governors on COVID-19 response** - [DOC](#)

FSB members take action to ensure **continuity of critical financial services functions** - [DOC](#)

FSB reports on its work to develop a **roadmap to enhance global cross-border payments** - [DOC](#)

FSB consults on regulatory, supervisory and oversight recommendations for “global stablecoin” arrangements - [DOC](#)

Addressing the regulatory, supervisory and oversight challenges raised by “global stablecoin” arrangements: Consultative document - [DOC](#)

IMF - INTERNATIONAL MONETARY FUND

Portugal and the IMF - [DOC](#)

Global Financial Stability Report - [DOC](#)

World Economic Outlook, April 2020: **The Great Lockdown** - [DOC](#)

Fiscal Policy Provides Lifelines to People, Economies - [DOC](#)

Fiscal Monitor - April 2020 - [DOC](#)

Economic Policies for the COVID-19 War - [DOC](#)

Maintaining Banking System Safety amid the COVID-19 Crisis - [DOC](#)

Europe’s COVID-19 Crisis and the Fund’s Response - [DOC](#)

Streamlining Procedures for Board Consideration of **The Fund’s Emergency Financing During Exceptional Circumstances Involving A Pandemic** - [DOC](#)

Enhancing the Emergency Financing Toolkit—Responding To The COVID-19 Pandemic - [DOC](#)

Confronting the Crisis - **Priorities for the Global Economy** - [DOC](#)

Some say there is a trade-off: save lives or save jobs – this is a false dilemma - [DOC](#)

IMF Adds Liquidity Line to Strengthen COVID-19 Response - [DOC](#)

Fiscal Policies to Contain the Damage from COVID-19 - [DOC](#)

Policy Responses to COVID19 - [DOC](#)

IMF Executive Board Approves **Framework for New Bilateral Borrowing Agreements** - [DOC](#)

Catastrophe Containment and Relief Trust: **Policy Proposals and Funding Strategy** - [DOC](#)

Database: Select Country or Country Groups - [DOC](#)

IMF **DataMapper** - [DOC](#)



INSEAD

COVID-19 - [DOC](#)

Seven Questions for Corporate Boards Navigating COVID-19 - [DOC](#)

A Crisis Management Blueprint for COVID-19 - [DOC](#)

ISDA - INTERNATIONAL SWAPS AND DERIVATIVES ASSOCIATION

Coronavirus and the SIMM - [DOC](#)

A Welcome Step from Basel - [DOC](#)

ISDA In Review – March - [DOC](#)

ISLA - INTERNATIONAL SECURITIES LENDING ASSOCIATION

ICSF Making Sense of Sustainable Securities Lending & Short Selling During the COVID-19 Crisis - [DOC](#)

JOHNS HOPKINS CENTER FOR HEALTH SECURITY

Preparedness for a High-Impact Respiratory Pathogen Pandemic - [DOC](#)

Johns Hopkins Coronavirus Resource Center - [DOC](#)

MCKINSEY

Coronavirus: Leading Through the Crisis - [DOC](#)

McKinsey on Finance: Perspectives on Corporate Finance and Strategy - [DOC](#)

OECD - ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT

Testing for COVID-19: A way to lift confinement restrictions - [DOC](#)

Resilient Health Systems: What we are learning from the COVID-19 crisis - [DOC](#)

Tax and fiscal policy should continue to support households and businesses through containment, then shift to bolstering recovery - [DOC](#)

Harmonised Unemployment Rates (HURs) - April - [DOC](#)

Composite Leading Indicators (CLI) - April - [DOC](#)

OICV-IOSCO - INTERNATIONAL ORGANIZATION OF SECURITIES COMMISSIONS

IOSCO Statement on Application of Accounting Standards during the COVID-19 Outbreak - [DOC](#)

IOSCO report provides new data on global hedge fund industry - [DOC](#)

Sustainable Finance and the Role of Securities Regulators and IOSCO - [DOC](#)



Jurisdictions move towards full implementation of **standards for financial market infrastructures** - [DOC](#)

PIIE - PETERSON INSTITUTE FOR INTERNATIONAL ECONOMICS

How the G20 Can Hasten **Recovery from COVID-19** - [DOC](#)

Designing the **fiscal response to the COVID-19** pandemic - [DOC](#)

The pandemic will plunge the world into recession; recoveries will be mixed - [DOC](#)

Global Economic Prospects: Spring 2020 - [DOC](#)

S&P GLOBAL

Coronavirus Special Report - [DOC](#)

Triple Trouble: **Virus, Oil, Volatility** - [DOC](#)

SCIENCE

Coronavirus: Research, Commentary, and News - [DOC](#)

Quantifying SARS-CoV-2 transmission suggests epidemic control with digital contact tracing - [DOC](#)

Crushing coronavirus means 'breaking the habits of a lifetime.' Behavior scientists have some tips - [DOC](#)

Projecting the transmission dynamics of SARS-CoV-2 through the postpandemic period - [DOC](#)

Ending coronavirus lockdowns will be a dangerous process of trial and error - [DOC](#)

USC ANNENBERG

Global Communication Report - [DOC](#)

UNITED NATIONS

COVID-19 does not mean climate action is on hold - [DOC](#)

WEF - THE WORLD ECONOMIC FORUM

How is coronavirus impacting the global economy? - [DOC](#)

Stakeholder Principles in the COVID Era - [DOC](#)

The World After COVID19 - [DOC](#)

How will the Coronavirus Reshape Democracy and Governance Globally? - [DOC](#)

How companies can build resilience against pandemics - [DOC](#)

What lies ahead after the coronavirus? A view from Japan - [DOC](#)

What does COVID-19 mean for the energy transition? - [DOC](#)

Understanding Value in Media: Perspectives from Consumers and Industry - [DOC](#)



WFE - THE WORLD FEDERATION OF EXCHANGES

The World Federation of Exchanges' **academic review of short-selling concludes that bans are disruptive to markets** - [DOC](#)

WORLD BANK

A Shock Like No Other: **Coronavirus Rattles Commodity Markets** - [DOC](#)

World Bank Predicts **Sharpest Decline of Remittances in Recent History** - [DOC](#)

Trade and COVID-19 - [DOC](#)

Finance and Coronavirus - [DOC](#)

Decisive Action in an Unprecedented Crisis - [DOC](#)

Map of SME-Support Measures in Response to COVID-19 - [DOC](#)

OTHER INSIGHTS

AON - COVID-19 Insights & Resources - [DOC](#)

BCG - How to Turn AI into ROI - [DOC](#)

Carbon Traker - Political decisions, economic realities: The underlying operating cashflows of coal power during COVID-19 - [DOC](#)

Colombia Law School - Law in the Time of COVID-19 - [DOC](#)

Henley&Partners - Henley Passport Index 2006 to 2020 - [DOC](#)

ISEG - Drivers of exceptional job creation – a dynamic probit approach using portuguese firm-level data - [DOC](#)

FairvuePartners - Communicating your equity story: Pandemic crisis - [DOC](#)

FORBES - Coronavirus Business Tracker: How The Private Sector Is Fighting The COVID-19 Pandemic - [DOC](#)

MERCER - Globally, how are companies supporting their employees during this outbreak? - [DOC](#)

Politico - Guidelines: Opening up America again - [DOC](#)

Politico - Are the lockdowns working? - [DOC](#)

PWC - Cybersecurity: Incident Response References and Capabilities - [DOC](#)

SIPRI - Trends in world military expenditure, 2019 - [DOC](#)

SSRN - Perspectives on the Current and Imagined Role of Artificial Intelligence and Technology in Corporate Governance Practice and Regulation - [DOC](#)

The Atlantic - Our Pandemic Summer - [DOC](#)

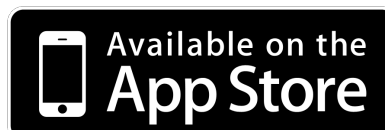
© AEM - Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado

Abril de 2020

O REGULATORY UPDATE é publicado pela AEM
com a colaboração da SLBA - Sociedade de Advogados

APP AEM

MERCADO DE CAPITAIS PORTUGUÊS



TODA A INFORMAÇÃO PUBLICADA PELAS EMPRESAS ASSOCIADAS DA AEM NA SUA MÃO



[Subscribe](#)

[Read](#)

[Discuss](#)

[Link](#)

[Like](#)

[Share](#)

REGULATORY UPDATE

Abril 2020

AEM - Associação de Empresas Emitentes
de Valores Cotados em Mercado

Largo do Carmo, n.º 4, 1.º Direito
1200-092 Lisboa
Telefone: +351 21 820 49 70
Fax: +351 21 807 74 90
abel.ferreira@aem-portugal.com
www.emitentes.pt

SLBA - Sofia Leite Borges & Associados -
Sociedade de Advogados SP RL

Av. Sidónio Pais, n.º 16, 2º Direito
1050-215 Lisboa
Telefone: +351 213 170 996
Fax: +351 213 170 999
sofia.borges@slba.pt
www.slba.pt

O Regulatory Update é circulado aos Associados da AEM e a outras pessoas ou entidades que têm uma relação profissional com a AEM. O conteúdo do Regulatory Update não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização da AEM. Permanecemos ao inteiro dispor para o esclarecimento de qualquer dúvida ou questão, através dos contactos habituais ou, em geral@em-portugal.com.